



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E FAZENDA PÚBLICA

COMARCA DE APUCARANA

QUESTÕES OBJETIVAS

Cada questão objetiva terá peso 0,5.

1. Identifique a figura de linguagem predominante no quadrinho abaixo.



- a) Pleonasmos
- b) Eufemismo**
- c) Sinestesia
- d) Hipérbole

2. Nos Juizados Especiais, da sentença homologatória de conciliação:

- a) cabe agravo de petição.
- b) cabe recurso de apelação.
- c) não cabe recurso.**
- d) cabe recurso especial.

3. No regime dos Juizados Especiais:

- a) as testemunhas devem comparecer à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação, mesmo que esta tenha sido requerida.

- b) a sentença deve necessariamente conter relatório, fundamentação e dispositivo.
- c) as partes litigantes deverão ser obrigatoriamente assistidas por advogados em causas que excedam 15 (quinze) salários mínimos.
- e) não se admitirá a reconvenção.

4. Policarpo Platão propõe ação de despejo para uso próprio do imóvel situado na Rua do Arroz nº 1.555, Porto Velho/ RO, sendo o feito distribuído ao Juizado Especial Cível. Em termos de competência pertinente ao caso em tela, pode-se afirmar que:

- a) os Juizados Especiais não julgam ações de despejo.
- b) as ações de menor complexidade estão excluídas da competência dos Juizados Especiais.
- c) a ação de despejo para uso próprio, em razão da matéria, pode ser julgada nos Juizados Especiais.
- d) a presença de advogado é obrigatória para fixar a competência dos Juizados.

5. No Juizado Especial Criminal:

- a) a intimação de pessoa jurídica poderá ser feita mediante entrega de correspondência ao encarregado da recepção, que será obrigatoriamente identificado.
- b) a competência será determinada pelo domicílio ou residência do réu.
- c) não encontrado o acusado para citação pessoal, não se desloca a competência para o juízo comum.
- d) os atos processuais são públicos e podem realizar-se em qualquer dia da semana, no horário diurno.
- e) a declaração de nulidade do ato independe da comprovação de prejuízo.

6. Como institutos pertencentes ao sistema do Juizado Especial, previstos na Lei Federal nº. 9.099/95, é INCORRETO afirmar que há previsão legal para:

- a) árbitros concursados.
- b) conciliadores.
- c) juízes leigos.
- d) recursos para turmas de juízes.

7. Com base nos Enunciados do FONAJE, assinale a única alternativa correta:

- I. O advogado cujo nome constar do termo de audiência estará habilitado para todos os atos do processo, exceto para o recurso.
- II. Na hipótese de pedido de valor até 20 salários mínimos, é admitido pedido contraposto no valor superior ao da inicial, até o limite de 40 salários mínimos, sendo obrigatória à assistência de advogados às partes.
- III. É admissível pedido contraposto no caso de ser a parte ré pessoa jurídica.

IV. A constrição eletrônica de bens e valores poderá ser determinada de ofício pelo juiz

- a) Somente um item está correto.
- b) Somente dois itens estão corretos.
- c) Somente três itens estão corretos.**
- d) Todos os itens estão corretos.

8. Após ingressar com demanda junto aos Juizados Especiais Cíveis, fora determinada pela M.M. Magistrada a intimação da parte autora para apresentar manifestação nos autos. Salienta-se que, por se encontrar desassistida de advogado, sua intimação foi realizada por Correspondência postal, sendo o aviso de recebimento negativo devolvido à Secretaria com a informação “mudou de endereço”, sem qualquer aviso ou informação prestada pela mesma anteriormente nos autos. Neste caso, para efeitos de prosseguimento do feito, a intimação será considerada como:

- a) Não realizada, devendo a diligência ser novamente procedida através de oficial de justiça.
- b) Não realizada, devendo a diligência ser novamente procedida através de edital.
- c) Não realizada, devendo a diligência ser novamente procedida através de correspondência postal.
- d) Realizada.**

9. O cidadão A ingressa com ação de reparação de danos morais em face do cidadão B, sendo prolatada sentença de procedência do pedido formulado em petição inicial no dia 01/09/2017, sendo ambas as partes devidamente intimadas, através de seus advogados constituídos, no dia 04/09/2017.

Para colocar termo final ao litígio, o cidadão B, condenado, efetua o pagamento voluntário da condenação, no dia 06/09/2017. Ocorre que, logo após o reconhecimento da sentença e cumprimento da obrigação pecuniária, por um desentendimento pessoal ocorrido entre ambos, o cidadão B decide continuar o litígio e interpõe recurso inominado em face à sentença prolatada, no dia 09/09/2017.

No caso ora narrado, com a conclusão dos autos, o Recurso Inominado interposto será:

- a) Não recebido, tendo em vista a ocorrência de preclusão temporal.
- b) Não recebido, tendo em vista a ocorrência de preclusão consumativa.
- c) Não recebido, tendo em vista a ocorrência de preclusão lógica.**
- d) Recebido, tendo em vista que ainda persistia prazo para o cidadão B recorrer, quando da realização do pagamento voluntário.

10. Extingue-se processo no Juizado Especial Cível, sem julgamento do mérito por:

- a) prescrição ou decadência.
- b) incompetência territorial.**
- c) revelia do réu.

d) incapacidade da autora, quando pessoa jurídica qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

11. A competência do Juizado Especial Criminal será determinada, considerando-se:

a) o lugar onde foi praticada a infração penal.

b) o domicílio ou residência do réu.

c) a conexão ou continência.

12. Dispõe a Lei n.º 9.099/95 que NÃO é critério de orientação processual no Juizado Especial Criminal:

a) A oralidade.

b) A formalidade.

c) A celeridade.

d) A economia processual.

QUESTÕES SUBJETIVAS

Cada questão subjetiva terá peso 2,0.

QUESTÃO 01. Para fins de recebimento de mensalidades em atraso de contrato de prestação de serviços pactuada para com o Senhor Eduardo Delta, dívida esta que atinge o montante de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), a Escola Beta Gama – Rede Educacional – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 01.234.567/0001-01, e localizada na cidade de Apucarana, local aonde presta suas atividades de ensino, ingressa com respectiva ação de cobrança perante o Juizado Especial Cível desta Comarca.

Após a regular citação da Parte Requerida, as partes litigantes comparecem em audiência de conciliação para a tentativa de composição. Diante de tal cenário, com base na Lei nº 9.099/95 bem como nos enunciados do FONAJE, responda as questões, fundamentando as respectivas respostas:

a) Para a regular participação na Audiência de Conciliação, a Parte Requerente poderá ser representada por um preposto?

b) Na audiência, a Parte Requerida poderá vir desacompanhada de advogado?

c) Qual(is) será(ão) a(s) consequência(s) da ausência da Parte Requerente em tal solenidade?

d) Qual(is) será(ão) a(s) consequência(s) da ausência da Parte Requerida?

e) Caso as partes litigantes alcancem um acordo na Audiência, qual o prazo para eventual interposição de recurso da sentença homologatória?

QUESTÃO 02. Leia o texto abaixo, retirado do sítio eletrônico do TJPR:

“Sala de Espera Inteligente no Juizado Especial do Paraná

Iniciativa, supervisionada pela 2ª Vice-Presidência do TJPR, pretende usar o tempo ocioso de espera dos jurisdicionados para transmitir conteúdo educativo e informativo, promovendo a aproximação do Poder Judiciário do Paraná com a população.

No último dia 12/04, o Tribunal de Justiça do Paraná inaugurou, oficialmente, 23 novos pontos de transmissão do projeto “Sala de Espera Inteligente”. A cerimônia foi realizada na Vara Descentralizada de Santa Felicidade, e contou com a presença do Presidente do TJPR, Desembargador Renato Braga Bettega, demais juízes e desembargadores; representantes do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados, servidores e jurisdicionados.

A iniciativa, criada pela magistrada Adriana Simette, funciona desde 2013 em Santa Felicidade. Percebendo os benefícios em proporcionar informação e tranquilidade num período de tempo que costumava ser ocioso e de ansiedade para as partes que aguardavam atendimento, a 2ª Vice-Presidência do TJPR, responsável pela Supervisão do Sistema dos Juizados Especiais no Estado, promoveu a extensão da ideia para novas unidades. A partir do apoio e autorização da Presidência do TJPR, foram comprados aparelhos de televisão que foram distribuídos para 23 pontos de atendimento dos Juizados Especiais, espalhados por 17 Comarcas do estado.

Com a instalação dos equipamentos, foi criada uma programação audiovisual, batizada de JUS TV, que trata de assuntos de interesse público, esclarecimento das dúvidas mais frequentes, curiosidades, entre outros. ” O Juizado Especial de Apucarana também aderiu ao projeto, iniciando com a divulgação dos vídeos institucionais em junho do corrente ano.

Diante do texto em comento, discorra e elabore um texto com, no máximo, 20 linhas, acerca da iniciativa, seus eventuais benefícios ou malefícios para incentivar a conciliação entre as partes, bem como outros pontos que entender por relevantes.